



EDITAL

José Manuel Henriques Mota de Faria, Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 56.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, torna públicas as deliberações aprovadas pela Assembleia Municipal de Viseu, referentes aos assuntos inscritos na ordem de trabalhos da Sessão Ordinária do dia 19 de dezembro de 2022:

- ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU E DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU PARA O ANO DE 2023, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e no n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;
- GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2022 - 3.ª REVISÃO ORÇAMENTAL (ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA), nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 12.º do Decreto Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação;
- MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU PARA O ANO DE 2021 – ADITAMENTO, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 29.º do Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e a alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação;
- IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - TAXAS, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 5 do artigo 112.º do CIMI - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;



Man

- IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - REDUÇÃO DE TAXAS - PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 112.º-A do CIMI - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;
- DERRAMA, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro na sua atual redação;
- T.M.D.P. - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO I.R.S. - LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro conjugada com o disposto no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro;
- IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - MAJORAÇÃO E MINORAÇÃO - ALTERAÇÃO, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 6, 7 e 8 do artigo 112.º do CIMI - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;
- DESCENTRALIZAÇÃO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS - DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30 DE ABRIL - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E RECURSOS FINANCEIROS PARA OS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS PARA O ANO DE 2023 (ARTIGO 5.º 6.º E 7.º), nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 5.º, 6.º e 7.º do Decreto Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua atual redação;
- PROCESSO DE REVERSÃO DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BOA ALDEIA FARMINHÃO E TORREDEITA - PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO E TRANSITÓRIO, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, na sua atual redação;
- ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL – INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A. / MUNICÍPIO DE VISEU – INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PÚBLICO RODOVIÁRIO NACIONAL, DO TROÇO DE ESTRADA MUNICIPAL SOBREPOSTO PELA CONSTRUÇÃO DA VARIANTE À EN 229 (CUJAS COORDENADAS, NO SISTEMA ETRS89 SÃO, RESPECTIVAMENTE: 24.191; 115.462 E 24.302; 111.924), nos termos e para os efeitos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA DESCENTRALIZAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - MUNICÍPIO DE VISEU - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS - RATIFICAÇÃO, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do



Wane

- Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo;
- CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA DESCENTRALIZAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - MUNICIPIO DE VISEU - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS - ADENDAS - RATIFICAÇÃO, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo;
 - REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS AOS ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR QUE PERTENÇAM A FAMÍLIAS NUMEROSAS E CARENCIADAS – ALTERAÇÃO - RATIFICAÇÃO, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo;
 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO - VISEU NOVO, SRU – CONTRATO-PROGRAMA, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação;
 - ALTERAÇÃO À DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE VISEU - NÚCLEOS HISTÓRICOS E FONTELO, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação;
 - DELIMITAÇÃO DA ARU – PÓVOA DE CALDE – FREGUESIA DE CALDE, nos termos e para os efeitos do disposto n.º 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação;
 - DELIMITAÇÃO DA ARU – COUTO DE CIMA – FREGUESIA DE COUTOS DE VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto n.º 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação;
 - DELIMITAÇÃO DA ARU – BOA ALDEIA - UNIÃO DE FREGUESIAS DE BOA ALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA, nos termos e para os efeitos do disposto n.º 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação;
 - DELIMITAÇÃO DA ARU – DADE – FREGUESIA DE COUTOS DE VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto n.º 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação;
 - FUNDO AMBIENTAL - AQUISIÇÃO DE DUAS VIATURAS ELÉTRICAS DE PASSAGEIROS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA – PARTE 1 - ADJUDICAÇÃO, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º, subalínea dd) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I da Lei n.º



Wane

- 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 149/95, de 24 de junho, na sua atual redação e n.ºs 1, 3 e 6 do artigo 49.º, n.ºs 1 e 2 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, e alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação;
- DESAFETAÇÃO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO, SITAS NA QUINTA DE SANTA EUGÉNIA, NA FREGUESIA DE VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
 - DESIGNAÇÃO DO JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º. GRAU – UNIDADE ORGÂNICA DE MUSEUS E POLO ARQUEOLÓGICO, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação;
 - CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO PARA FINANCIAMENTO – REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DAS ÁGUAS DE VISEU E DA REABILITAÇÃO / CONSERVAÇÃO DE DIVERSAS VIAS PRINCIPAIS DO CONCELHO DE VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, e alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua atual redação e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação;
 - EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL DA OPERAÇÃO PORTUGAL 2020 CENTRO-09-2316-FEDER-000107 – REABILITAÇÃO DA RUA JOÃO MENDES - PARU/PEDU VISEU – ADENDA - RATIFICAÇÃO, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, na sua atual redação;
 - EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL DA OPERAÇÃO PORTUGAL 2020 CENTRO-09-2316-FEDER-000108 – REABILITAÇÃO DAS RUAS SOAR DE CIMA, CÓNEGO MARTINS E ALMEIDA MOREIRA - PARU/PEDU VISEU – ADENDA - RATIFICAÇÃO, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, na sua atual redação;
 - ACORDO DE FINANCIAMENTO ENTRE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES E OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS AO ABRIGO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO NO ANO DE 2023, nos termos e para os efeitos do disposto nas alíneas k) e



Assembleia Municipal de Viseu

- p) do n.º 1 e k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no artigo 12.º do Decreto Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação;
- ACORDO DE FINANCIAMENTO ENTRE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES E OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS AO ABRIGO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO A LANÇAR, nos termos e para os efeitos do disposto nas alíneas k) e p) do n.º 1 e k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no artigo 12.º do Decreto Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação.

Para constar e devidos efeitos legais se publica o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos locais públicos de costume.

Viseu, 20 de dezembro de 2022

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(José Manuel Henriques Mota de Faria)